

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.419 - MS (2019/0078216-9)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**RECORRIDO : FRANKLIN WILLIAN MENDONCA DE BARROS SAMPAIO**  
**RECORRIDO : MATHEUS SANTANA DE MATOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do respectivo Tribunal de Justiça, assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL – FURTO QUALIFICADO - RECURSO MINISTERIAL – INTIMPESTIVIDADE CONSTATADA DE OFÍCIO – FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DOS AUTOS DIGITAIS EM CARGA COM O ÓRGÃO MINISTERIAL – RECURSO NÃO CONHECIDO.

O Ministério Público Estadual possui a prerrogativa de intimação pessoal das decisões em qualquer processo ou grau de jurisdição, sendo que o prazo de recurso deve ser contado a partir da data de entrega em vista pessoal do arquivo digital com a cópia do processo eletrônico e não da data de aposição de ciência do MP. Não observado o quinquídio legal deve-se ter por intempestivo o recurso. De ofício, recurso não conhecido." (e-STJ, fl. 344).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fl. 344).

O recorrente aponta, em síntese, negativa de vigência ao art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei 11.419/06, pleiteando, em síntese, seja conhecido o seu recurso de apelação, haja vista que interposto "no dia 6.4.2018, ou seja, no dia da ciência do órgão ministerial acerca do teor da sentença condenatória" (e-STJ, fl. 405).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fl. 411-426).

Admitido o recurso (e-STJ, fls. 428-432), subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 443-447).

**É o relatório.**

Decido.

A pretensão recursal merece acolhimento.

Dispõe a Lei n. 11.419/2006:

"Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

**§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o**

**intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.**

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

**§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.**

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.

§ 6º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais." (grifou-se).

No caso em apreço, o Tribunal de origem decidiu pela intempestividade da apelação ministerial, tecendo para tanto os seguintes fundamentos:

"O art. 593 do CPP estabelece o prazo de 05 dias para interposição de apelação criminal.

O Ministério Público Estadual possui a prerrogativa de intimação pessoal das decisões em qualquer processo ou grau de jurisdição, sendo que o prazo de recurso deve ser contado a partir do recebimento dos autos com vista.

Nesse sentido, há precedentes desta Corte: Apelação n. 0003438-80.2017.8.12.0017, Nova Andradina, 2ª Câmara Criminal, Relator: Des. José Ale Ahmad Netto, j: 18/06/2018, p: 25/06/2018; TJMS. Apelação n. 0004896-40.2014.8.12.0017, Nova Andradina, 1ª Câmara Criminal, Relator (a): Des. Manoel Mendes Carli, j: 22/08/2017, p: 24/08/2017.

Ademais, as disposições contidas no art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei 11.419/2006 são inaplicáveis ao Ministério Público, que possui legalmente prerrogativa de intimação pessoal das decisões judiciais.

A propósito, o capítulo II da Lei 11.419/2006, que trata da comunicação eletrônica dos atos processuais, no § 2º do art. 4º, dispõe expressamente que:

"Art. 4º Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei

específica.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal."

Assim, é desnecessária a certificação da data em que a parte efetivamente consultou o processo eletrônico, já que de acordo com o § 1º do artigo 9º da Lei 11.419/2006, aplicável ao Ministério Público Estadual "as citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais".

Consequentemente, o termo inicial do prazo recursal do Ministério Público é contado a partir da entrega dos autos digitais em vista ao Promotor de Justiça – prerrogativa de intimação pessoal.

Há recente decisão do STJ no HC nº 407334/MS, mantendo-se a intempestividade em caso semelhante ao destes autos, bem como o tema já foi objeto de julgamento pelo Órgão Especial deste E. TJMS nos embargos de declaração em embargos de declaração em ação penal nº 1407222-05.2015.8.12.0000-50001.

Dessa forma, tendo a entrega do arquivo eletrônico dos autos viabilizado a consulta da sentença impugnada pelo MP, considera-se que este teve vista pessoal dos autos.

No caso dos autos, o Ministério Público teve vista dos autos em 27/03/2018 (terça-feira), conforme certidão de p. 254.

Disso decorre que o prazo para interposição da apelação teve início em 28/08/2018 (quarta-feira) e fim em 01/04/2018 (domingo), prorrogando-se para o dia 02/04/2018 (segunda-feira).

Ocorre que o recurso apresentado pelo MP foi interposto apenas no dia 06/04/2018 (p. 268), ou seja, fora do quinquídio legal, o que permite concluir por sua intempestividade.

Destarte, verificada a intempestividade do recurso, impõe-se o seu não conhecimento." (e-STJ, fls. 347-348.)

É entendimento desta Corte que a intimação será considerada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização. Não sendo feita a consulta em até 10 dias corridos, contados da data do envio da intimação, considerar-se-á a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Nesse sentido:

"[...]

1. A realização da intimação eletrônica se dá no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo essa realizada no prazo de 10 dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 dias previstos para consulta (Lei n. 11.419/2006).

2. Para a jurisprudência deste Superior Tribunal, a Lei n. 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra

dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1762101/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 13/11/2018).

"[...]

I - A intimação eletrônica é considerada como realizada no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo esta realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 (dez) dias previstos para consulta.

II - A lei 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial. Precedentes.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 1147557/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018).

No caso, verifica-se que o Termo de Intimação do Ministério Público foi encaminhado via portal eletrônico no dia 27/03/2018 (e-STJ, fl. 254). Desse modo, o início do prazo de 10 dias ocorreu em 28/03/2018 e o *Parquet* efetivou a consulta eletrônica em 06/04/2018, ou seja no último dia do prazo. Desse modo, tendo o Ministério Público interposto a apelação no dia 06/04/2018 (e-STJ, fls. 256), tem-se que o recurso é tempestivo e deve ser conhecido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial, determinando o retorno dos autos para que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul dê prosseguimento ao julgamento do recurso de apelação ministerial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator